

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ: DE ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES A INSTITUTOS FEDERAIS

Karina Cardoso de Sousa ¹
Jalva Lília Rabelo de Sousa ²

RESUMO

Este estudo trata da Educação Profissional e Tecnológica no Piauí. O objetivo do trabalho é resgatar a memória dessa educação que teve sua origem na Escola de Aprendizes e Artífices entendendo a importância de compreender o percurso sociopolítico e histórico, bem como os agentes envolvidos na construção dessa educação, mantendo viva sua identidade e permitindo a reflexão crítica de sua configuração até os dias atuais. Para realização do trabalho utilizou-se da pesquisa exploratória, bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. Compreende-se a necessidade e importância das instituições manterem registros que guardem a história e memória a fim de garantir seu conhecimento para futuras gerações.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Escolas de Aprendizes e Artífices, Institutos Federais, Piauí.

ABSTRACT

This study deals with Professional and Technological Education in Piauí. The objective of the work is to rescue the memory of this education that had its origin in the School of Apprentices and Craftsmen, understanding the importance of understanding the sociopolitical and historical path, as well as the agents involved in the construction of this education, keeping alive its identity and allowing for critical reflection from its configuration to the present day. To carry out the work, exploratory, bibliographical and documentary research with a qualitative approach was used. It is understood the need and importance of institutions to keep records that keep history and memory in order to ensure their knowledge for future generations.

Keywords: Professional and Technological Education, Schools for Apprentices and Craftsmen, Federal Institutes, Piauí.

¹Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, karinaassistentesocial@gmail.com;

² Orientadora. Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, jalva@ifpi.edu.br;

INTRODUÇÃO

O delineamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no contexto piauiense, desde suas raízes até a atualidade é abordado neste trabalho. O objetivo é permitir ao leitor reflexões em torno dos acontecimentos no campo social, político e econômico que perpassam sobre a constituição da EPT no Piauí permitindo compreendê-la situada em um campo de forças que ora convergem ora divergem resultando em diferentes momentos da EPT em solo piauiense.

Este trabalho agrega um estudo mais amplo, sendo um recorte de uma pesquisa inserida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) na linha de Memórias e Organizações de Espaços Pedagógicos na EPT. O estudo em questão trata-se de um estudo de abordagem qualitativa que contou com a pesquisa exploratória, bibliográfica e documental.

DE ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES A INSTITUTOS FEDERAIS

A história da educação profissional no Brasil tem sua origem na época do Império. Nesse período, cabia às associações religiosas ou filantrópicas a formação da força de trabalho, sob uma concepção assistencialista e preventiva. Segundo Jeronimo (2019), desde esse período, existia uma preocupação de se buscar capacitar trabalhadores nos diversos ofícios, mas com um objetivo principal que era retirar das ruas as crianças pobres, sem perspectivas, a fim de não se tornarem futuros delinquentes.

Nesse cenário, surgiram as Companhias de Aprendizes Artífices, Companhias de Aprendizes de Marinheiros e as Casas de Educandos Artífices. No final do Império, essas escolas mantiveram-se em alguns estados já visando à construção embrionária de uma rede de escolas profissionalizantes (JERONIMO, 2019).

Assim, as Escolas de Aprendizes Artífices surgem no contexto da República, que trazia “uma nova sociedade, mais complexa e heterogênea que exigia um novo posicionamento frente às limitações impostas pelo sistema educacional da época. (CANDIDO *et al*, 2019, p. 4). Visava-se um novo profissional, qualificado para atender à crescente industrialização e urbanização.

Assim, cabia ao governo pensar estratégias educacionais que colaborassem com os novos setores da economia. (MANFREDI, 2016). Nessa perspectiva, Nilo Peçanha³ instituiu a criação de Escolas de Aprendizes e Artífices em todo território nacional com o Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909.

No estado do Piauí, a instalação da Escola de Aprendizes Artífices ocorreu em 1º de janeiro de 1910 por Josino José Ferreira⁴. Essa instituição substituiu as funções da antiga Casa de Educando Artífices⁵ do Piauí, um estabelecimento que ofertava ensino elementar e profissionalizante, uma espécie de internato para educação artística e intelectual de meninos pobres com o objetivo de “atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes” (MOURA, 2007, p. 06).

No território piauiense, a Escola de Aprendizes Artífices começou com o ensino profissional com os ofícios de mecânica, marcenaria, ferraria e sapataria e também o ensino propedêutico com os cursos de Primeiras Letras e Desenho. O primeiro quadro de profissionais da Escola contou com sete (07) pessoas, sendo: (01) um mestre maquinista e serralheiro; (01) um mestre carpinteiro e marceneiro; (01) um mestre ferreiro; (01) um mestre sapateiro; (01) uma professora de primeiras letras; (01) um professor de desenho e (01) um professor interino de desenho. (REGO; RODRIGUES 2009).

As primeiras decisões da instituição ocorreram onde hoje funciona o *campus* Pirajá da Universidade Estadual do Piauí. Posteriormente, Josino José Ferreira conseguiu alugar com auxílio do Governo um espaço para funcionamento da Escola, localizado no cruzamento das ruas Paissandu e David Caldas, de frente para a praça Pedro II. Neste endereço, a Escola funcionou até 1938, quando a instituição passa a funcionar em um novo local, a saber, na Praça da Liberdade, nº 1597 no centro de Teresina.

³ Assumiu a presidência do Brasil após a morte de Afonso Pena em 14/06/1909. Ficou conhecido como o Patrono do Ensino Profissional do Brasil.

⁴ Natural de Picos, Piauí, tem em seu currículo diversos e importantes cargos: diversos e importantes cargos, entre os quais: escrivão de cartório em Valença e Jaicós, primeiro promotor público de Picos, Deputado Provincial em duas legislaturas, Secretário de Governo, Secretário de Fazenda por duas vezes e Chefe de Polícia.

⁵ A Casa de Educando Artífices do Piauí seguia a lógica da concepção assistencialista que marcou o nascimento da educação profissional no país.

A instituição já contava na época com a direção de Artur Seixas que conseguiu tanto o terreno, quanto o projeto e apoio financeiro para sua construção. Sob a direção de Flávio Castelo Branco, ocorre a mudança oficial para o novo endereço.

Com Flávio Castelo Branco, a Escola ganha um novo nome - Liceu Industrial do Piauí. A Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, estabelecida por Getúlio Vargas, presidente da época, promoveu essa mudança para todas as 19 Escolas da Rede de Educação Profissional do Brasil. O interesse do governo nesse período era investir no ensino industrial.

Já em 1942, uma nova mudança ocorre, passando para Escola Industrial de Teresina. Essa mudança deu-se em virtude da Lei Orgânica do Ensino Industrial, que trouxe uma divisão das escolas da Rede em Industriais e Técnicas.

Segundo a nova lei, as escolas Industriais continuariam com a formação de operários para a indústria, já as Técnicas formavam tanto operários quanto técnicos. Na formação de operários incluía o nível ginásial (1º ciclo) e dos técnicos o nível médio (2º ciclo) (IFPI, 2020a). A nova regulamentação objetiva contribuir no processo de industrialização do país, havendo nesse período a primeira ampliação da rede, com mais quatro (04) novas escolas: a Escola Técnica Nacional (RJ capital), Escola Técnica de Química, Escola Técnica de Pelotas (RS) e Escola Técnica de Minas e Metalurgia (Ouro Preto – MG).

As escolas Industriais desejavam tornarem-se Técnicas, para isso, buscavam se preparar com recursos humanos e materiais, além de reivindicarem junto à gestão do MEC pedindo autorização para abertura de cursos técnicos. Nesse contexto, no início de 1967, a Escola Industrial de Teresina conseguiu abrir edital para três cursos técnicos: Agrimensura, Edificações e Eletromecânica, levando posteriormente à mudança tão esperada para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), sob permissão do MEC (REGO; RODRIGUES 2009).

No trecho abaixo, observa-se o entusiasmo em torno da mudança:

Era o início do ano letivo de 1968, o Diretor da Escola, acompanhado do seu assessor José de Ribamar Avelino, **percorreu todas as salas de aulas dos Cursos Técnicos, que eram noturnos, a anunciar a boa nova, comunicada pelas autoridades do MEC. A alegria, embora discreta, irradiou-se pelas salas, corredores e pequenas rodas de conversa. Notava-se a satisfação geral.** Afinal de contas, em breve teríamos técnicos formados no Piauí, a ocupar o lugar de profissionais do mesmo nível, importados de outros Estados, como

Pernambuco e Bahia, para trabalharem na CEPISA, na COHEB, nas empresas de construção civil e nas construtoras de Estradas, além de muitos outros órgãos públicos. (REGO; RODRIGUES, 2009, p. 66, grifo nosso).

Acompanhada da mudança de Industrial para Técnica, outras mudanças apareceram, nos aspectos estruturais e pedagógicos. A Escola foi ampliada, mais professores contratados, as vagas e os cursos aumentaram na área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. (IFPI, 2020a).

Compreende-se que a sociedade piauiense e regiões próximas foram beneficiadas com essas mudanças, com a possibilidade de formação para o exercício profissional sem necessidade de mudança para regiões mais distantes, bem como com o acesso gratuito possibilitando que pessoas de classes menos desfavorecidas terem qualificação profissional de qualidade. O ingresso de mulheres nos cursos nesse período também foi uma novidade.

Em 1970, Dona Maria Dirce de Oliveira havia perdido recentemente o seu esposo, vitimado por um choque elétrico na oficina de enrolamento de motores elétricos de sua propriedade. [...] Dona Dirce, como era conhecida pensou em se qualificar para poder tocar para frente os trabalhos da Oficina e dela retirar o sustento da família. Bateu às portas da Direção da Escola Técnica e pediu para ser matriculada no curso de Eletrotécnica. Passou nos exames exigidos e passou a ser a aluna nº 1 desta casa de ensino. (REGO; RODRIGUES, 2009, p. 71).

Na década de 1980, novas mudanças atingem a instituição com o processo de modernização que trouxe a informatização na administração e no ensino. Nesse período, também houve a construção de laboratórios para os cursos de informática que estavam disponíveis tanto a discentes, docentes, técnico-administrativos e também, comunidade externa, o que permitia ampliar a confiança e proximidade da sociedade junto à instituição.

O início da interiorização da instituição ocorreu nesse período, com a construção da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Floriano em 1986 e finalizado em 1994. Neste ano, também ocorre o processo de Cefetização das Escolas Técnicas Federais pela Lei Nº 8.948. Assim, em 22 de março de 1999 a ETFPI passa a ser Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI). Nos anos seguintes, o processo de interiorização foi ganhando força e três novas unidades passam a funcionar no ano de

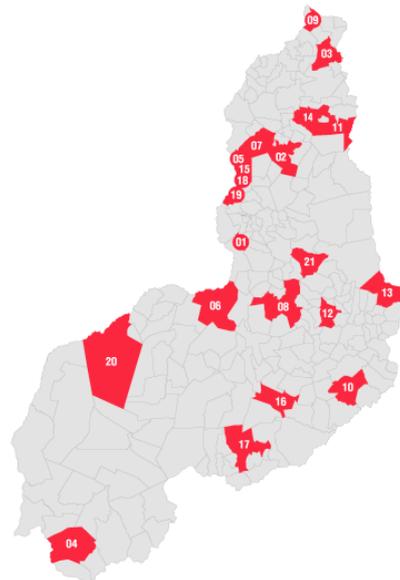
2007: Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

Com a Lei Nº 11.892 em 2008 que criou a Rede Federal EPCT, o CEFET sofre uma nova reorganização estrutural passando a ser Instituto Federal. Nesse processo de mudança, foram inaugurados em 2010 seis *campi*, sendo, Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Os *campi* Pedro II, Oeiras e São João foram inaugurados em 2012 e em 2014, os *campi* - Campo Maior, Valença e Cocal como também houve a publicação das portarias de criação dos *campi* avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Em 2015, houve a inauguração da nova sede da Reitoria e em 2016 a Portaria do campus José de Freitas (IFPI, 2020a).

Na Figura 1 é possível observar a distribuição dos *campi* do Instituto Federal no Piauí, na atualidade.

Figura 12 – Distribuição dos Institutos Federais no Piauí

- | | |
|-----------------------|-----------------------|
| 01 – Angical | 02 – Campo Maio |
| 03 – Cocal | 04 – Corrente |
| 05 – Dirceu Arcoverde | 06 – Floriano |
| 07 – José de Freitas | 08 – Oeiras |
| 09 – Parnaíba | 10 – Paulistana |
| 11 – Pedro II | 12 – Picos |
| 13 – Pio IX | 14 – Piripiri |
| 15 – Reitoria | 16 – S.J. do Piauí |
| 17 – S. Raim. Nonato | 18 – Teresina Central |
| 19 – Teresina Z. Sul | 20 – Uruçuí |
| 21 – Valença do Piauí | |



Fonte: (site do IFPI, 2021)

Compreende-se que a expansão na oferta de cursos visa atender o compromisso social e político da instituição com as demandas locais e regionais. Na atualidade, os vinte (20) *campi* presentes no Piauí ofertam à sociedade cursos presenciais nos quais o estudante frequenta as aulas na unidade de ensino; cursos à Distância, na qual é possível

uma flexibilidade de aprendizado, através de aulas a distância, além de encontros presenciais, subsidiados em ferramentas tecnológicas de informação e comunicação (tics); e a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na qual a Educação Profissional Técnica de Nível Médio articula-se com o Ensino Médio (EJA), recebendo jovens e adultos.

Em 2020, o IFPI assim como as demais instituições de ensino, em diferentes níveis e modalidades, teve alterado seu funcionamento em virtude da Infecção Humana provocada pela COVID-19. Tanto as aulas presenciais quanto o administrativo foram suspensos seguindo as determinações dos órgãos nacionais. (IFPI, 2020b). O trabalho remoto foi adotado (IFPI, 2020c) e as aulas passaram a acontecer promovidas de forma remota (IFPI, 2020d) por meio das tics por tempo indeterminado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um longo caminho percorreu a EPT no Piauí, acompanhada de muitas mudanças na legislação, na estrutura, nas decisões administrativas e pedagógicas. Iniciando com cursos primários e secundários, chega à atualidade ofertando distintas possibilidades de formação profissional com o compromisso de levar educação de qualidade à sociedade. Em sua história, observa-se a preocupação em atender as necessidades da região, considerando o setor produtivo e assim, contribuindo para a empregabilidade de seus formandos.

No campo da memória, importa observar a escassez de produções que resgatem a história da EPT operacionalizada pelos Institutos Federais no Piauí, o que suscita a necessidade de um olhar mais cuidadoso para com os registros que guardem a identidade dessa educação e instituição. Nesse sentido, espera-se que este trabalho contribua para estudos dos pesquisadores em torno dessa temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos estados da República Escolas de Aprendizes e Artífices, para ensino profissional primário gratuito. Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 03 jan. 2021.

CANDIDO, Francineuma Guedes *et al.* Educação para o trabalho: a Escola de Aprendizizes Artífices do Ceará. **Educação**, Santa Maria, v. 44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>. Acesso em 10 de jul de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024**: construindo para o futuro / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - Teresina: IFPI, 2020a.

_____. **Resolução N° 35/2017** de 13 de julho de 2017. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - Teresina: IFPI, 2017. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/ppgem/o-mestrado/ppgem_regimento-interno_consusp0352017.pdf/view. Acesso em 04 de fev. de 2021.

_____. **Portaria n° 852 de 17 de março de 2020**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - Teresina: IFPI, 2020b. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/coronavirus/reit_digep_2020_bes_edextra292.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2021.

_____. **Portaria n° 878 de 19 de março de 2020**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - Teresina: IFPI, 2020c. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/coronavirus/NovoDocumento2020031917.02.25.pdf>. Acesso em 29 de mar. de 2021.

_____. **Portaria n° 951 de 30 de abril**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - Teresina: IFPI, 2020d. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/coronavirus/reit_portaria951_suspensao.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2021.

JERONIMO, Maria Keila. **A expansão do instituto federal de educação do piauí-ifpi: 110 anos de história**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58299>>. Acesso em: 10/08/2021 18:26.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo do tempo. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, Natal, v. 2, p.4-30, 19 mar. 2008. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2007.11>.

REGO, Vilson Ribamar. RODRIGUES, Antônio Gerardo. **100 Anos de uma Escola Centenária**/ Teresina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. 2009.